

3

Jonathas Serrano, narrativas sobre cinema

Taís Campelo

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: taís.campelo@ufrgs.br

Resumo: Intelectual engajado no debate sobre as possibilidades para a atividade cinematográfica no Brasil, Jonathas Serrano (1885-1944) aliou a militância católica às atividades em prol do cinema como instrumento de educação da população. O estudo de sua trajetória ilumina a concorrência entre diferentes projetos políticos para a área de cultura, em especial, para o desenvolvimento do cinema brasileiro, durante o primeiro governo Vargas.

Palavras-chave: cinema brasileiro, cinema educativo; educação; igreja católica

Abstract: An engaged intellectual concerned about the possibilities for cinematographic activities in Brazil, Jonathas Serrano (1885-1944) combined catholic militancy and efforts to increase cinema as an instrumental for population's education. An analysis focused on his life's history clears the strategies from different political projects for culture, specially on the development of Brazilian movies in Getulio Vargas' govern.

Keywords: brazilian cinema, educational movies, catholic church.

Coube à Federação das Academias de Letras o triste privilégio de ouvir as últimas palavras de Jonathas Serrano. Foi na sessão de 14 de outubro, ao tomar posse como delegado da Academia Carioca de Letras. Ao fazer seu memorável discurso, sentiu ou pressentiu o ictus apoplecticus e procurou resumilo o mais que possível para chegar a concluir o pensamento, o que surpreendentemente conseguiu, de algum modo, numa vitória efêmera sobre aquela angustiosa fatalidade biológica. Escrevera antes, como costumava fazer, um minucioso sumário da oração a pronunciar. Por esse resumo, de inquestionável interesse psicológico, as suas derradeiras palavras se encerrariam nesta promessa: **“Conosco pelo Brasil, pelas letras e pela verdadeira cultura humana.”**¹

Em janeiro de 1945, a *Revista das Academias de Letras*, órgão da Federação das Academias de Letras do Brasil, dedicou um suplemento especial à memória de Jonathas Serrano, falecido no dia 16 de outubro de 1944, dois dias após ter pronunciado seu último discurso nas dependências da Academia, de onde saiu direto para o hospital. Na capa, uma frase do autor: “A verdadeira cultura aproxima, não divide”. O suplemento traz catorze textos em sua memória, a partir dos quais é possível aproximar-se da importância e da influência de Serrano em seu ambiente.

Jonathas Archanjo da Silveira Serrano nasceu no Rio de Janeiro em 08 de maio de 1885, filho de Frederico Guilherme Souza Serrano, capitão-de-mar-e-guerra e senador da República pelo Estado de Pernambuco, e Ignez da Silveira Serrano. Diplomou-se em Direito em 1909 após ter freqüentado o externato do Colégio Pedro II entre 1901 e 1904, onde posteriormente tornar-se-ia catedrático de História da Civilização. Foi membro do Conselho Superior de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (1914), subdiretor técnico de Instrução Pública do Distrito Federal (1928-1930), juiz do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal (1932-1933), integrante da Comissão de Censura Cinematográfica (1932-1934), membro do Conselho Nacional de Educação, da Comissão Nacional do Livro Didático, entre outras tantas atividades.²

Descrito como uma “personalidade curiosa e serena”, “autêntico humanista”, “sempre católico”, o homem de múltiplas atividades intelectuais foi poeta, jurista, crítico e professor, destacadamente um “defensor da tradição e do progresso” que, segundo Leontina Cardoso, “não seria um condutor de massas, era um conquistador de inteligência para a verdade”.³ Órfão de pai aos sete anos, Jonathas Serrano foi criado pela mãe e pela avó materna, “doentio, frágil, franzino”, segundo descrição de Miceli, que inclui o autor no chamado “grupo dos anatolianos”, os quais configuram uma nova espécie de intelectual. Polígrafos desenvolvem suas atividades literárias, artísticas e intelectuais numa fase de profissionalização deste ofício, impulsionada pela expansão da imprensa e ampliação de cargos no funcionalismo público.⁴ É a geração nascida com a República produzindo em um momento no qual o **novo** – nova organização política, novos atores sociais, novos espaços urbanos, novos modos de sociabilidade cotidiana – também se colocava para as várias e possíveis identidades formuladas para a Nação.⁵

No quadro entre 1930 e 1945, configura-se uma redefinição do espaço da Igreja católica no Brasil e de seu papel na sociedade civil diante do novo bloco de poder. Analisando sua política social, Souza destaca o catolicismo social como elemento cultural introduzido pela encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que define o discurso centrado na *práxis* no contexto de desenvolvimento do trabalho urbano no Brasil.⁶

O regresso ao tomismo como filosofia oficial, a rejeição ao pensamento liberal, a crítica à modernidade e as diferentes leituras que a Igreja tem realizado indicam o quanto esta buscou em si mesma, para poder renascer, os princípios de sua universalidade, fundamentados na autoridade eclesiástica. Ope-rou-se um duplo movimento: de um lado, a Igreja Católica ressurgiu no plano mundial como eterno fundamento das instituições; de outro, o liberalismo, superando os pressupostos do Iluminismo, desenvolveu um novo realismo político ancorado

no fortalecimento do Estado. Esse processo terminou por colocar Igreja e Estado no mesmo campo político⁷.

No Rio de Janeiro, questões antes internas ao aparelho eclesial ganham a arena pública na articulação de um movimento de intelectuais católicos centralizado no Centro Dom Vital. Fundado em abril de 1922 por Jackson de Figueiredo (1891-1928), a entidade leiga publicava a revista *A Ordem*, órgão oficial do Centro, e editava livros com caráter conservador e polêmico. Serrano publicou inúmeros artigos na revista. Ele convertera-se ao catolicismo em 1918, mas já havia fundado a União Católica Brasileira em 1907, buscando a ação apostólica direta sobre a sociedade. Eu seu diagnóstico,

a vertente agnóstica que parecia predominar na intelectualidade brasileira de então se devia a uma perda de contato da Igreja com as letras e os intelectuais, julgando ser esse divórcio uma das prováveis causas que contribuíram para a anarquia e a indisciplina intelectual no Brasil (MOURA; ALMEIDA, 1997, p. 338).⁸

Ligava-o a Jackson de Figueiredo o “profundo amor intelectual” por Farias Brito, biografado por Serrano, que sobre ele escreve: “filosofar é aprender a morrer”.⁹ Ao dedicar um artigo em sua homenagem na *Revista da Semana*, Escragnole Doria destacaria:

Uma das causas mais caras a Jonathas Serrano foi a defesa da fé católica recebida no lar e roborado pela meditação no decurso da vida. Para explicação ou defesa da fé católica, a pena de Serrano nunca lhe saiu da mão. Escrevia o que a convicção ia ditando. Caso preciso, a pena de Serrano se sentava na polêmica, a de gênero cortês, tão diversa daquela na qual a sem razão

costuma valer-se do improprio e das expressões grosseiras.¹⁰

Através desses intelectuais leigos, a Igreja passa a se fazer presente no ambiente cultural do país e em instituições políticas, atuando além do âmbito religioso e buscando recuperar o status deposto juntamente com o Império. Pode-se encaixar a ação do intelectual a partir da mudança de inserção da Igreja na sociedade. Na produção social de opiniões que ensejará, ele representará tanto a voz de uma instituição religiosa, quanto a da oligarquia da qual provém. Jurista de formação, sua intervenção mais atuante foi junto ao ensino, espaço no qual a sensibilidade ideológica fornecia subsídios para ação mais apurada.

A Ação Católica Brasileira será criada como instrumento de ação da instituição religiosa através da militância católica leiga, organizada no apostolado hierárquico da Igreja. A Santa Sé estimula o movimento de Ação Católica e a militância leiga no mundo, retirando apoio aos partidos católicos e posicionando-se dubiamente junto aos regimes fascistas europeus. Em 24 de agosto de 1934, o Cardeal Dom Sebastião Leme envia o pedido de aprovação dos estatutos da Ação Católica Brasileira e Pio X, que seriam aprovados em 09 de junho de 1935. A ação conservadora frente ao medo da desordem com o crescimento do proletariado a nível mundial reforça o discurso de medo em relação às massas, especialmente em relação à possibilidade de revolução. O movimento da Ação Católica no Brasil buscará sua unidade em plano nacional, através de uma centralização e coordenação da direção episcopal e do apostolado de leigos, concomitante ao fechamento de espaços políticos e ao aumento da repressão após a Lei de Segurança Nacional.

É sensível para a Igreja a importância da educação para o novo regime político. As reformas introduzidas objetivam a expansão do ensino para o conjunto da população, a formação de professores e a implantação de propostas pedagógicas inova-

doras. Contrária à laicização do ensino, que reivindica como sua atribuição historicamente legítima, a Igreja coloca-se inicialmente contrária ao movimento da Escola Nova, da qual Serrano era entusiasta e se tornaria expoente. No decorrer das tensas disputas pelo projeto educacional do governo Vargas, Gustavo Capanema representará o pacto do Ministério da Educação com a Igreja a partir de 1934. Os espaços de negociação e decisão se configuram na tentativa de atender às demandas dos diferentes setores da sociedade, especialmente quanto às questões da formação dos trabalhadores, à intervenção do Estado na área social e econômica, à formação de uma identidade nacional e composição de um projeto político coeso. O papel dos intelectuais como mediadores do debate é crucial na defesa desses interesses.

A atuação de Jonathas Serrano pauta-se “na busca da conciliação entre os princípios fundamentais da fé católica e as novas idéias científicas da pedagogia” (SCHIMIDT, 2004, p. 192).¹¹ Alceu Amoroso Lima destaca as crenças de Jonathas Serrano em favor da atuação profissional:

Professor nato como era, ainda escrevendo romance ou poesia, fazendo crítica literária, como por alguns anos fez na “Ordem” ou apostolado de cinema, como o vinha esses últimos anos fazendo numa organização exemplar da que era realmente a alma, como se diz – professor nato, tudo o que escrevia vinha repassado por esse espírito de claridade e de comunicação [...] Pois se era um grande amigo da tradição, se cria segundo as normas da Fé mais imemorial, se pensava segundo a lógica mais rigorosa do silogismo aristotélico, se agia segundo as normas mais seguras do bom senso e da experiência das gerações anteriores – era simultaneamente, sem o mais leve vislumbre de oposição ou de contradição um amigo de tudo o que fosse progresso e renovação (1945, p. 61-62).¹²

Destaca-se o caráter inovador de suas análises sobre a utilização do cinema no ensino. A crença no poder regenerador da educação aliava-se à concepção da História como processo

ativo, estimulando o espírito crítico e articulada à realidade da criança ou do adulto.

A possibilidade de uma utilização proveitosa da imagem cinematográfica levou inúmeros intelectuais a militarem a favor da implantação do cinema educativo no Brasil. O decreto 21.240, de 1932, prevê a criação de uma Taxa Cinematográfica para Educação Popular, bem como a criação de um órgão especial ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O Instituto Nacional de Cinema Educativo iniciou suas atividades em 1936, sob a direção de Edgard Roquette Pinto, cargo para o qual Serrano chegou a ser cotado. O cinema, enquanto meio auxiliar de ensino, foi precedido pela criação da Comissão de Censura Cinematográfica, em 1932, e por uma série de publicações importantes.¹³

O Decreto 21.240/32 nacionalizou o serviço de censura dos filmes exibidos no Brasil, que até então era realizada pela polícia de cada localidade. Entre outras providências, o decreto obrigava, em seu artigo 12, a inclusão de um filme educativo em cada exibição nas salas de cinema. Junto aos programas, deveriam ser incluídos *shorts* que fizessem divulgação de conhecimentos científicos, motivos artísticos, divulgação cultural ou que revelassem aspectos da natureza (artigo 7, § 3º).

A partir de então, passa a ser exigido um certificado do Ministério da Educação e Saúde Pública para exibição de filmes em todo o território nacional (artigo 2), que deverão ser aprovados pela Comissão de Censura Cinematográfica, que se instalaria junto ao Museu Nacional, e após o pagamento da “Taxa cinematográfica para a educação popular” (artigo 3).¹⁴

O decreto agendava, para o prazo máximo de 180 dias, a realização de um Convênio Cinematográfico Educativo para instituição de um cine-jornal, de espetáculos infantis permanentes, de incentivos à produção para empresas brasileiras e de apoio ao cinema escolar. Além disso, instituía as diretrizes da censura cinematográfica, a ser implantada após o Convênio. Deveria

ser verificado se o filme poderia: ser exibido integralmente ao público, se poderia ser classificado como filme educativo e se deveria ser declarado impróprio para menores. Citando o artigo 8º do Decreto:

Será justificada a interdição do filme, no todo ou em parte, quando:

- I. Contiver qualquer ofensa ao decoro público.
- II. For capaz de provocar sugestão para os crimes ou maus costumes.
- III. Contiver alusões que prejudiquem a cordialidade das relações com outros povos.
- IV. Implicar insultos à coletividade ou a particulares, ou desrespeito a credos religiosos.
- V. Ferir de qualquer forma a dignidade nacional ou contiver incitamentos contra a ordem pública, as forças armadas e o prestígio das autoridades e seus agentes.

Em muitos pontos, os critérios estabelecidos no decreto aproximam-se das críticas publicadas no Boletim do Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira, fundado e presidido por Jonathas Serrano. Criado em 18 de outubro de 1938, o Secretariado de Cinema servia de guia aos espectadores católicos “em prol da elevação do nível moral e cultural da arte cinematográfica”, orientada pelos princípios da encíclica *Vigilanti Cura* e também buscando “entrar em entendimento com os poderes competentes a fim de que seja oportunamente melhorada a legislação referente aos problemas criados pelo cinema no meio social”.¹⁵

Nas atas das reuniões extraordinárias da Comissão de Censura Cinematográfica, podem ser acompanhadas as discussões acerca dos critérios de classificação dos filmes e reconsiderações das avaliações realizadas.¹⁶

O Convênio Cinematográfico realizou-se nos dias 03, 04 e 05 de janeiro de 1933, com a participação de educadores, jornalistas, cineastas, membros do governo, exibidores, representantes dos governos estaduais. O arquivo do Museu Nacional guarda os registros dessas dis-

cussões, que foram, depois de aprovadas, encaminhadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Nessas sessões, podemos acompanhar as intervenções dos participantes, a grande maioria deles ligada à área de cinema, representantes da Associação Cinematográfica de Produtores Brasileiros, Associação Brasileira de Educação e do Sindicato Cinematográfico de Exibidores.

A Comissão de Censura Cinematográfica inicia suas atividades em maio de 1933. O grupo de censores era composto por um representante do Chefe de Polícia, um representante do Juizado de Menores, o diretor do Museu Nacional, um professor designado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e uma educadora indicada pela Associação Brasileira de Educação, além de membros designados pelo ministro da Educação e Saúde Pública para as funções de secretário-arquivista e três suplentes. Serão membros representantes da Comissão: Jonathas Serrano e João Rangel Coelho, representantes do Ministro da Educação; Carlos Magalhães Léis e Plácido Modesto de Melo, representantes do Juiz de Menores do Distrito Federal; Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, Eduardo Pacheco de Andrade e José Pinto de Montojas, representantes do Chefe de Polícia do Distrito Federal; Armanda Álvaro Alberto, representante da Associação Brasileira de Educação; Ademar Leite Ribeiro, representante da Associação Brasileira Cinematográfica; Antônio Camilo de Oliveira e Gastão Paranhos Rio Branco, representantes do Ministério das Relações Exteriores; Benedito Lopes e Clóvis Martins, Eduardo Pacheco de Andrade e Gastão Soares de Moura Filho, suplentes. A presidência coube ao diretor do Museu Nacional, Roquette Pinto, até 1935, sendo substituído por Alberto Betim Paes Leme. A relação dos filmes examinados era publicada em Diário Oficial e divulgada para os veículos de imprensa da Capital.

A atuação de Serrano nesses cargos foi precedida pela publicação de *Cinema e Educação*. Escrito conjuntamente com Francisco Venâncio Filho, um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação e, assim como Serrano, professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Rio de Janeiro, a obra foi incluída na co-

leção “Biblioteca de Educação”, organizada por Lourenço Filho.¹⁷ Publicada em 1931, é dedicada a Fernando de Azevedo e faz inúmeras referências à inclusão de artigos relativos à cinematografia na reforma de ensino do Distrito Federal em 1928.¹⁸

No prefácio, referem-se ao desenvolvimento e aos poderes dos meios audiovisuais: “[...] com o máximo de intensidade de sensações, prazer dos sentidos e da inteligência, riqueza psicológica incomparável e temível, para o mal e para o bem. E cumpre que seja para o bem” (1931, p. 09). A preocupação em fazer uma utilização positiva desse novo meio dá a tônica do livro, e justificam-se afirmando que “todo o mundo culto para isso hoje trabalha”. Visto que o problema cinematográfico também deve ser analisado sob o ponto de vista moral, a preocupação em valorizar o filme artístico, “digno da nossa cultura”, em detrimento de películas perniciosas destaca a necessidade de controlar esse novo meio de expressão que pode influenciar a população.

Mas não é apenas o cinema como arte, ou qual meio de difusão de ensino, que se nos depara na realidade complexa. Como olvidar o filme documentário e o jornal cinematográfico? A película informativa e de propaganda cada vez mais se generaliza. E não vai sem perigo este novo gênero. Imprensa, rádio, cinema – há mister protegê-los contra possíveis infecções. E afinal é ainda uma defesa que se impõe em nome da própria educação nacional (p. 11- 12).

Dessa forma, destacam que a criação de meios que regulassem a projeção cinematográfica era mais do que recomendável. Apesar do valor educativo, a força de suas imagens tornava-a “temível”, podendo levar ao descontrole das massas. Este temor às massas pautará o debate sobre a utilização dos meios de comunicação nos primeiros anos do século XX. Mais que isso: estará presente nas diretrizes da educação, da polícia política e nos dispositivos de regulação da produção artística e da mídia.¹⁹

Por outro lado, a questão nacional não fica fora de seus ob-

jetivos. Ao finalizar o prefácio, deseja que, assim como o rádio, o cinema também “realize o milagre de mostrar o Brasil todo a todos os brasileiros, do homem do litoral ao do extremo Oeste, o dos pampas ao da Amazônia – contribuição magnífica e urgente à obra da educação nacional” (p. 13).

Após discorrer sobre o desenvolvimento técnico do cinematógrafo no capítulo I (“Origens do cinema”), Serrano e Venâncio Filho dedicam o capítulo II ao cinema educativo. Pesquisas sobre o emprego de filmes com fins pedagógicos foram realizadas na França e nos Estados Unidos nos anos 10 e 20. Em 1928, foi criado em Roma o Instituto Internacional do Cinema Educativo, ligado à Sociedade das Nações. No discurso de abertura, em 05 de novembro, Benito Mussolini destacou a vantagem do cinema sobre o livro e o jornal: “falar uma língua compreensível a todos os povos da terra. Fala aos olhos e daí o seu caráter de universalidade e as inúmeras possibilidades que oferece para uma colaboração educativa de ordem internacional” (p. 31). Composto por um Conselho Administrativo de quatorze nacionalidades e dirigido por um presidente de origem italiana, o Instituto propunha-se a publicar uma revista em cinco idiomas dedicada aos aspectos técnicos, artísticos, científicos e sociais do cinema (p. 82). O Brasil manteve contatos estreitos com o Instituto até o final da guerra, tanto através do Ministério da Educação quanto do Itamaraty. Na conclusão do livro, cita-se um convite feito por Luciano de Feo, diretor do Instituto, para que colaborassem com a *Revista Internazionale del Cinema Educatore* (p. 137).

Sobre as tentativas de empregar o cinema educativo no Brasil, os autores falam na falta de uma organização sistemática e de recursos que o viabilizem. O sucesso de sua implantação dependeria de um trabalho preliminar empenhado em adquirir aparelhos de projeção e filmes, organizar programas e orientar professores sobre o manejo das máquinas e sua gama de possibilidades. Iniciativas isoladas e sem apoio oficial geraram filmes “não

de todo maus”, mas, distantes de aproximar-se das produções estrangeiras, principalmente das norte-americanas.

Não basta reconhecer e proclamar o valor educativo do cinema, nem tampouco inserir em leis e regulamentos disposições referentes ao assunto. Para aplicar de fato o cinema à educação nacional (propositadamente dizemos *educação* e não apenas *instrução*), cumpre resolver toda uma série de problemas preliminares (p. 33).

A pedagogia possuía um lugar destacado na concepção de um novo Estado nacional. Através do ensino – e, como destacam os autores, não apenas da instrução – seria possível reformular valores de uma população em um novo sistema de significados. O objetivo é “a formação da personalidade integral” (p. 85).

Apesar da peculiaridade dos centros urbanos, onde se efetuaram as reformas da instrução pública, pode-se afirmar que a política de intervenção operada na escola visava alterar profundamente o *habitus* pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar costumes das famílias. Por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público (NUNES, 2001, p. 105).²⁰

O cinema no ensino, enquanto meio de aprendizagem, não deve esquecer dos preceitos gerais da pedagogia, nem substituir as lições. Ao discorrer sobre as inúmeras possibilidades de utilização do cinema nas disciplinas escolares, os autores alertam para o problema que poderá ser criado nas aulas de História, desaconselhando as imagens animadas visto que “não é possível marcar a linha divisória da realidade” (p. 79). Por outro lado, haveria uma função crucial, tanto nas escolas quanto para o público em geral, nos alertas sobre epidemias e noções de higiene (p. 80).

De todo modo, ao lado de capítulos explicativos sobre a técnica cinematográfica e suas possibilidades de utilização nas escolas (projeção fixa e animada, organização de filmotecas, sugestões e

metodologias, literatura especializada etc.), a capacidade de influência no ambiente social do cinema é o argumento mais explícito. Pais, educadores, moralistas, sociólogos são alertados:

A força sugestiva das imagens, e principalmente das imagens animadas, como que vivas (e já agora também sonoras, capazes de agir pelos olhos e pelos ouvidos), – esta força deveras temível, que não fará, se a utilizarmos para impressionar o público em geral, quase sempre alheio à crítica especializada e mais levado pelo sentimento do que pelo raciocínio frio e abstrato? (p. 89)

Se em *Cinema e educação*, as opiniões acerca do cinema voltam-se à preocupação com a sua influência, os artigos de Serrano nas publicações da Ação Católica serão visivelmente posicionados em prol da questão social e do argumento moral perante as películas. Toma-se, por exemplo, uma das versões do texto “O cinema e os problemas sociais”.²¹

Os espectadores desde o início do filme são colocados habilmente num ambiente propício à demonstração daquilo que o autor do enredo e o diretor da comédia ou drama pretendem provar, ou pelo menos **mostrar**. E o simples **mostrar** não raro impressiona, mais do que uma tentativa intencional de demonstração de tese. O cinema permite a quem nunca frequentou certos meios a ilusão de neles viver algumas horas por semana: ambientes de luxo, entre sedas, peliças caras, **champagne**, caviar e mulheres **formosas** e fáceis. Os **cabarets** assumiram aspectos familiares para muita gente por influxo dos filmes norte-americanos. Assinalemos a crescente limitação, a progressiva escassez de indumentária conseqüente aos hábitos visuais contraídos no cinema: a nudez quase integral já não choca muita gente por causa dos Tarzans e Tarzanas de exibição quase diária e normal.

Afilhado ao *Office Catholique International du Cinema*, sediado em Haia desde 1928, o boletim foi aparentemente inspirado no formato do boletim da Legião Mexicana de Decência, membro

da Ação Católica Mexicana. O *Appreciaciones sobre películas cinematográficas* organizava os filmes em três classificações: classe A, liberados para serem vistos; classe B, apenas para pessoas de critério formado; classe C, não deve ser vistos e se deve impedir que se vejam – proibidos pela moral cristã.²²

Cabe destacar que, até o final da Segunda Guerra Mundial, a noção de comunicação era a de que toda e qualquer mensagem emitida pelo emissor seria captada com toda a sua carga emocional e ideológica pelo receptor, minimizando a capacidade de discernimento deste. A teoria da “bala-projétil” considerava o emissor onipotente no processo comunicativo, o que aguçava as preocupações dos intelectuais frente ao efeito potencializado da imagem cinematográfica.²³ Dessa forma, os resultados que elas poderiam alcançar junto aos “desprotegidos” católicos eram alarmantes.

Cenas de embriaguez, roubos, violência, lutas corporais são recriminadas, mas os critérios de avaliação das películas são bastante amplos, englobando desde questões específicas da moral cristã às temáticas nacionalistas. Percebe-se também o cuidado com a avaliação estética e técnica. Alguns exemplos:

“A mulher do padeiro” (*la femme du boulanger*), com Raimu e Ginnette Leclerc. Confirmada a propaganda que precedeu este filme, o trabalho artístico e de direção nada deixa a desejar. Todo enredo gira em torno de adultério e, além de apresentar um sacerdote de maneira a ridicularizar o clero, as conclusões são a nosso ver inteiramente erradas. Como classificação moral, só podemos colocá-lo na classe dos **condenados**.²⁴

“Garotas apimentadas”, 20th Century Fox, com Margareth Lockwood. Filme tecnicamente fraco de assunto teatral, apresentando cenas de bailados e trajes inconvenientes. Artistas que procuram casamentos vantajosos. Dado o enredo, mentiras e ditos grosseiros, é filme **desaconselhado a qualquer público**.²⁵

A questão dos valores expressos pela película, por outro lado,

também é avaliada como possível influência positiva, dando exemplo aos que a assistem.

“O Capanga de Hitler” (*Hitler’s Madman*), Metro, com John Carradine, Allan Curtis e Patricia Morrison. Filme romanceado sobre a destruição de Lídice pelos nazistas. O heroísmo da população tcheca, que resiste às atrocidades dos invasores, é apresentado com realismo. Do princípio ao fim, o espetáculo empolga, mostrando de maneira eloqüente que, na religião e na cultura, se esteia a bravura dos povos oprimidos e se inspira o são patriotismo. A apresentação de cenas de violência, inclusive assassinatos, atos de sabotagem, etc, obriga-nos a fazer restrições que tornam o filme impróprio para crianças. **Para adultos, porém, é recomendável.**²⁶

Após sublinhar o poder de sugestão das imagens nas salas de projeção, Serrano destaca o aspecto moral para o qual o cinema contribui negativamente. Ao invés de dissertar sobre objetivos nobres, os filmes reproduzem comportamentos condenáveis e desprezíveis, “sugestões perniciosas para adultos sem critério seguro (a grande maioria do público, afinal) e não apenas para menores, crianças ou adolescentes”. Culpando o cinema inclusive pelo mau comportamento da platéia nas salas de exibição, como no texto “Cinema e impolidez”,²⁷ aqui a preocupação maior é a questão operária:

Se restringirmos o conceito de **social** ao que se refere à questão **operária**, às relações entre patrões e trabalhadores, às lutas de classe, ao capitalismo, enfim, a tudo quanto constitui assunto da **Rerum Novarum**: ainda aqui e talvez aqui mais do que em outros domínios, o cinema pode fazer, e faz, um grande mal ou um grande bem à multidão. Se os produtores, os diretores, os autores colaborassem nesse campo da educação dos sentimentos! [...].

Dissertando sobre sua atividade de crítica, José Vieira destaca que, “sem encastelar-se na Igreja para hostilizar outrem”, avaliou uma

diversidade de gêneros: “Jonathas Serrano escreveu crítica sobre vários assuntos, nunca se esquecendo de como compromisso íntimo propugnar o princípio religioso de sua fé”.²⁸ Assim, tornou-se uma das principais referências para o debate sobre o cinema educativo no Brasil. Atuando como “despertador” para o cinema entre os católicos, defendeu normas precisas frente a um problema moral, ajustado às questões dos meios que lhe conferiram legitimidade intelectual.

Produzir películas ajustáveis à crença católica não era o único desejo de Serrano: impedir que o cinema fomentasse aspirações à quebra da ordem vigente era a função tanto do intelectual ligado ao Estado quanto do apóstolo da Ação Católica. Congregando militância apostólica ao exercício intelectual, sua inserção no tema cinematográfico resultou em uma produção simbólica, consciente e ideologicamente engajada.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Maria de Lourdes. **Cinema, quantos demônios**: a relação da Igreja com o cinema. São Paulo: Tese Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária**: 1907/1937. São Paulo: Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **O cinema como “agitador das almas”**: Argila, uma cena do Estado Novo. São Paulo: Annablume, 1999.

BEOZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira** – o Brasil republicano. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 281.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 290.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da história da República**. 3. ed. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores

- no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LUCAS, Taís Campelo. **Cinearte: o cinema brasileiro em revista (1926-1942)**. Dissertação (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MATTELART, Armand. **A Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MICELI, Sérgio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos). Em: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOURA, S. L. de; ALMEIDA, J. M. G.de. A Igreja na Primeira República. Em: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira - O Brasil Republicano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- NAGLE, J. A educação na Primeira República. Em: FAUSTO, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.p.259-291.
- NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. Em: BONEMY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- O' NEIL, J. L. Díez G.; VILARIÑO, Remigio; PEREYRA, Miguel. **El cine y los católicos**. Madrid: Editorial Aldecoa, 1941.
- PAULILO, A.L. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, jul.-dez. 2003.
- SALIBA, Maria Eneida Fachini. **Cinema contra cinema: o cinema educativo de Canuto Mendes (1922-1931)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHMIDT, M.A. A História como Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, jul.-dez. 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SERRANO, Jonathas; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Cinema e Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. Em: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Ed.UFRJ, 1996.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e Quixortes. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

XAVIER, Ismail. **Sétima arte: um culto moderno**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NOTAS

- 1 COSTA, Othon. "Jonathas Serrano". *Revista das Academias de Letras*, Rio de Janeiro, nº 54, novembro/dezembro de 1944. p.03. Grifos nossos.
- 2 Obras publicadas pelo autor: *Evangelário* (versos, 1907), *Epítome de História Universal* (1913), *Coração* (versos, 1913), *Contra a Corrente* (1914), *Metodologia da História* (1917), *Filosofia do Direito* (1920), *Júlio Maria* (1924), *Homens e Idéias* (1930), *História do Brasil* (1931), *Cinema e Educação* (com Francisco Venâncio Filho, 1931), *Escola Nova* (1932), *A montanha de Cristo* (versos, 1932), *Ludovico* (romance, 1932), *Epítome de História do Brasil* (1933), *História da Civilização – primeiro volume* (1933), *Deus o Quer* (discursos e conferências, 1933), *História da Civilização – quarto volume* (1934), *História da Civilização – quinto volume* (1935), *O valor social da castidade* (aprox. 1935), *História da Civilização – terceiro volume* (1938), *Esta vida que passa* (versos, 1938), *O chalé e outros contos* (1938), *Farias Brito* (1939), *História da Civilização – segundo volume* (1939), *Antologia Brasileira* (1942), *História da Filosofia* (1944).
- 3 CARDOSO, Leontina Licínio. "Cavaleiro de Cristo". Em: *Jonathas Serrano (in memorian)*. *Revista das Academias de Letras*, Rio de Janeiro, suplemento especial nº 54, 1945. p. 53.
- 4 "Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)". Em: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 17, 18 e 54.
- 5 *À margem da história da República*, inquérito organizado por Vicente Licínio Cardoso, reúne doze escritores brasileiros analisando temas-chave para a compreensão do momento vivido pelo país. O artigo de Serrano intitula-se "O Clero e a República".
- 6 SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 20.
- 7 idem, pp.45, 46.
- 8 MOURA, S.L. de; ALMEIDA, J.M.G.de. "A Igreja na Primeira República". Em: Fausto, B. (org).

- História Geral da Civilização Brasileira -- O Brasil Republicano*. Tomo III. v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 338.
- 9 COSTA, op. cit., p. 04.
 - 10 DORIA, Escragno. "Jonathas Serrano". *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, nº 45, 04/11/1944, p. 34.
 - 11 SCHMIDT, M. A. "A História como Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História do Brasil". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 48, julho-dezembro 2004. p. 192. A autora estaca o diálogo de Serrano com a obra pedagógica de John Dewey.
 - 12 ATHAYDE, Tristão de. [Alceu Amoroso Lima] "Serrano". Em: *Jonathas Serrano (in memorian)*. *Revista das Academias de Letras*, Rio de Janeiro, suplemento especial nº 54, 1945. p. 61-62.
 - 13 Dentre as principais obras brasileiras sobre o cinema educativo, pode-se citar: ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Cinema contra cinema. Bases gerais para organização do Cinema Educativo no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1931; ARAÚJO, Roberto Assumpção de. *O cinema sonoro e a educação*. Tese apresentada para o concurso de técnico de educação. s/l/s/e, 1939; COSTA, Dante Nascimento. *A questão da frequência infantil aos cinemas*. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1937.
 - 14 O dinheiro arrecadado com a Taxa Cinematográfica foi investido na aquisição de filmes educativos para a Filмотeca do Museu Nacional, na edição de quinze mil exemplares da Revista Nacional de Educação, de distribuição gratuita, e no pagamento das despesas com a Comissão de Censura. GC g 1934.00.00/2. "Exposição de motivos", 1934. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV.
 - 15 O terceiro artigo de seu estatuto postulava que "procurará por todos os meios ao seu alcance, desenvolver uma campanha nacional em prol do cinema educativo superiormente artístico e moralizador, entrando em correspondência e entendimento com todos os elementos capazes de facilitar a sua finalidade, dentro e fora da Ação Católica". *Boletim do Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira*, Rio de Janeiro, dezembro de 1938, ano I, nº1. Arquivo Pedro Lima, Cinemateca Brasileira, São Paulo.
 - 16 A comparação entre as avaliações das películas segundo os boletins da Ação Católica e as atas das reuniões ordinárias da Comissão de Censura Cinematográfica seria uma pesquisa riquíssima. Infelizmente, foram encontradas apenas as atas das reuniões extraordinárias e as listagens contendo os filmes examinados e a classificação, que se encontram, junto com o restante da documentação pesquisada sobre a comissão, no arquivo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.
 - 17 SERRANO, Jonathas; VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Cinema e Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Todas as indicações de página do livro serão colocadas junto às citações, no corpo do texto.
 - 18 Em nota na página 12, são citados os artigos 633 a 635 (decreto 2.940, de 22 de novembro de 1928): "As escolas de ensino primário, normal, doméstico e profissional, quando funcionarem em eficácia próprios, terão salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada para fins meramente educativos. O cinema será utilizado exclusivamente como instrumento de educação e como auxiliar do ensino que facilite a ação do mestre sem substituí-lo. O cinema será utilizado sobretudo para o ensino científico, geográfico, histórico e artístico. a projeção animada será aproveitada como aparelho de vulgarização e demonstração de conhecimentos, nos cursos populares noturnos e nos cursos de conferências... A Diretoria Geral de Instrução Pública orientará e procurará desenvolver por todas as formas, e mediante a ação direta dos inspetores escolares, o movimento em favor do cinema educativo."
 - 19 Sobre o tema, ver: MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultu-*

- ra e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- 20 NUNES, Clarice. "As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas". Em: BONEMY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 105.
- 21 SERRANO, Jonathas. "O cinema e os problemas sociais". Mimeo. Coleção Jonathas Serrano, Arquivo Nacional.
- 22 *Apreciaciones sobre películas cinematográficas*. Legión Mexicana de la Decencia, México DF, nº 30, ano VI, 12/08/1939.
- 23 Sobre o desenvolvimento das teorias da comunicação, ver: MATTELART, Armand. *A Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 24 Boletim semanal nº 51 do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica. 03/06/1944. Mimeo. Coleção Jonathas Serrano, Arquivo Nacional.
- 25 Boletim semanal nº 57 do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica. 21/07/1944. Mimeo. Coleção Jonathas Serrano, Arquivo Nacional.
- 26 Boletim semanal nº 55 do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica. 07/07/1944. Mimeo. Coleção Jonathas Serrano, Arquivo Nacional.
- 27 SERRANO, Jonathas. "Cinema e impolidez". Mimeo. Coleção Jonathas Serrano, Arquivo Nacional.
- 28 VIEIRA, José. "Jonathas Serrano – crítico". Em: *Jonathas Serrano (in memoriam)*. *Revista das Academias de Letras*, Rio de Janeiro, suplemento especial nº 54, 1945. p. 40.

Recebido em: Julho de 2006

Aprovado em: Outubro de 2006